AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL da Subseção Judiciária de Formosa-GO

**Kécia Laurena Pereira da Silva**, brasileira, solteira, **assistente administrativa e** **lavradora**, RG n. 632.251, CPF n. 007.330.480-61, nascida aos 15/04/1986, filha de Edite Pereira da Silva, residente e domiciliada à Fazenda Rio de Areia, vem, por intermédio de sua procuradora infra-assinada, regularmente inscrita na OAB/TO 4.130-A, com endereços profissional e eletrônico relacionados no rodapé desta página, os quais indicam para recebimento das notificações forenses de estilo, informando, desde já, serem desnecessárias quaisquer intimações de caráter pessoal da parte autora, propor

ação de concessão de salário maternidade

segurada OBRIGATÓRIA

Em face do **Instituto Nacional do Seguro Social-INSS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na R. 261, 699 - qd-95 lt-29 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74610-250, pelas razões de fato e fundamento a seguir expostas.

da ADESÃO AO JUÍZO 100% DIGITAL

A priori, a parte autora manifesta expressa **anuência pela adesão ao juízo 100% digital**, para que todos os atos processuais sejam realizados por meio eletrônico e/ou remoto, e, para tanto, fornece o seguinte telefone, que também pode ser adicionado ao Aplicativo WhatsApp, qual seja: **(63) 9 9957 – 1818** e o e-mail **advogadosarimartins@hotmail.com**.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A parte autora não possui condições financeiras suficientes para arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, conforme consta da declaração de hipossuficiência em anexo, de modo que requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes.

Ademais, nos termos do artigo 99, §3º, do Código de Processo Civil, milita em seu favor a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência por ela firmada, fazendo jus a benesse ora requerida.

dos fatos e fundamentos

Do requerimento administrativo

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **benefício** |  | **segurada** |  | **der** |  | **nb** |  | **motivo do indeferimento** |
| Salário Maternidade |  | Obrigatória |  | 09/06/2021 |  | 201.519.736-7 |  | Falta de carência |

Ao contrário do que restou decidido pela autarquia previdenciária, a parte autora cumpriu com todos os requisitos legalmente exigidos à concessão do benefício requerido, razão pela qual entende por injusta a decisão administrativa proferida, buscando judicialmente o reconhecimento de seu direito.

Dos requisitos legais

Salário-Maternidade é o benefício concedido à segurada da Previdência Social pelo período de 120 dias, incluindo décimo-terceiro proporcional, em razão do parto ou adoção (arts. 71 e 71-A da Lei n. 8.213/91).

Para a concessão do aludido benefício, por sua vez, faz-se necessário o preenchimento dos seguintes requisitos, conforme elencado nos arts. 25, III; 39, parágrafo único; 71 e 71-A, da Lei n. 8.213/91.

|  |  |
| --- | --- |
| **fato gerador** | **carência necessária** |
| Parto | 10 meses anteriores ao fato gerador |
| Adoção |

Do fato gerador

Conforme comprova a Certidão de Nascimento em anexo, a autora deu a luz a **Luan Preira de Sousa**, em **29 de abril de 2019**, de modo que o requisito legal do fato gerador encontra-se devidamente preenchido, subsistindo a controvérsia tão somente sobre o período de atividade rural.

Da qualidade de segurada especial e período de carência

Conforme extrato CNIS e anexo, a autora ofertou recolhimentos ao INSS como Contribuinte Individual de **01/08/2014** a **30/09/2017**, de maneira que adquriu qualidade de segurado e carência necessária para a concessão do benefício de salário-maternidade.

Diante disso, a primeira contribuição vertida pela demandante fora realizada antes do vencimento, de forma que as demais devem ser consideradas para a carência, ainda que pagas em atraso, conforme leciona o Art. 27, II, da Lei 8.213/91.

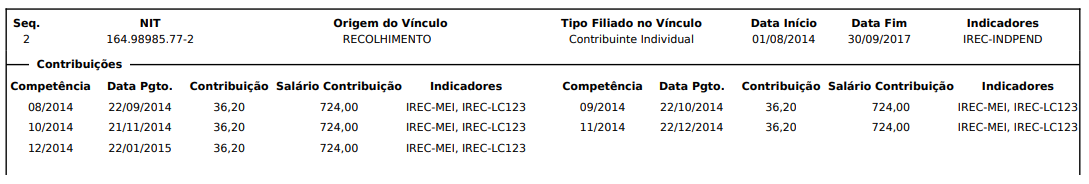
Veja-se:

Art. 27.  Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

[...] **II - realizadas a contar da data de efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso**, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos V e VII do art. 11 e no art. 13.

Posteriormente, antes do fim do período de graça de que a autora estava gozando, contribuiu novamente de **09/2018** a **10/2018**, de maneira que – a partir de tais contribuições -, houve a manutenção da qualidade de segurada obrigatória, ficando sob o período de graça até **15/12/2019**.

Vejamos:



Outrossim, tendo em vista que a autora se encontrou sob o chamado “período de graça”, que garante a manutenção da qualidade de segurado pelo período de 12 (doze) meses, consoante dispõe o art. 15, II, da Lei n° 8.213/91 **até 15/12/2019** e teve a criança em **19/04/2019**, possuia qualidade de segurada para a concessão do benefício de salário-maternidade.

Tem-se, portanto, a partir da análise das provas inicialmente apresentadas, o preenchimento, pela parte autora, de todos os requisitos necessários à concessão do direito de **Salário-Maternidade Urbano**, de maneira que se demonstra equívoca a decisão de indeferimento proferida pelo instituto demandado.

dos pedidos

Ante o exposto, requer:

1. A concessão da gratuidade da justiça;
2. A citação do INSS, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação;
3. A designação de audiência de instrução e julgamento para comprovar a situação de desemprego;
4. A total procedência da ação, condenando o INSS a conceder à parte autora o benefício de **Salário-Maternidade Urbano**, pagando as parcelas vencidas desde a **Data do Parto (29/04/2019)**, monetariamente corrigidas desde o respectivo vencimento e acrescidas de juros legais e moratórios, incidentes até a data do efetivo pagamento;
5. Havendo interposição de Recurso, desde já requer a condenação do INSS ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, na forma do art. 85, § 3º, em percentual condizente com a complexidade do trabalho efetuado e o grau de zelo pelo interesse da parte autora.

do valor da causa

Dá-se à causa o valor de **R$** **6.445,31 (seis mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos)**.

Nesses termos, pede deferimento.

Palmas/TO, 18 de outubro de 2024.

|  |
| --- |
| Ariane de Paula Martins  *OAB/TO 4.130-A* |

**WF**